

Turismo e desenvolvimento rural no município de Quilombo-SC

Leila Daiana Tardetti¹
Cristiane Tonezer²
Rosana Maria Badalotti³

Submissão: 30/10/2021

Aceitação: 28/01/2022

Resumo

O desenvolvimento de uma região depende de fatores naturais, sociais, econômicos e culturais que, por sua vez, configuram a dinâmica regional de uma determinada localidade. O turismo rural, por sua vez, pode contribuir para este desenvolvimento. Este artigo tem como objetivo analisar a Rota Encantos Rurais, situada no município de Quilombo-SC, na perspectiva do desenvolvimento rural. A metodologia de natureza qualitativa contou com uma pesquisa de campo com os seis empreendimentos rurais integrantes da Rota e quatro representantes de instituições que auxiliaram na sua implementação. Para a coleta dos dados, utilizou-se a entrevistas semiestruturadas e a observação com registro em um diário de campo. A análise dos dados foi de conteúdo. A partir dos dados de campo conclui-se que a Rota Encantos Rurais contribui para o desenvolvimento rural do município de Quilombo-SC, isso porque, além de proporcionar renda extra às famílias, auxilia para o maior protagonismo dos agricultores, valoriza a cultura local e possibilita uma relação mais harmoniosa com o meio ambiente.

Palavras chaves: Desenvolvimento rural; Agricultura familiar; Turismo rural.

Tourism and rural development in the municipality of Quilombo-SC

Abstract

The development of a region depends on natural, social, economic and cultural factors that, in turn, shape the regional dynamics of a particular location. Rural tourism, in turn, can contribute to this development. This article aims to analyze the Rural Enchantment Route, located in the municipality of Quilombo-SC, from the perspective of rural development. The methodology of a qualitative nature included a field research with six rural enterprises that are part of the Route and four representatives of institutions that helped in its implementation. For data collection, semi-structured interviews and observation recorded in a field diary were used. Data analysis was based on content. From the data extracted from the research, it is concluded that the Rural Enchantments Route contributes to the rural development of the municipality of Quilombo-SC, because, in addition to providing extra income to families, it helps farmers to become more protagonists, it values the culture location and enables a more harmonious with the environment.

Key words: Rural development; Family farming; Rural tourism.

1 Introdução

No início do século XX o Oeste de Santa Catarina passou a ser colonizado por imigrantes descendentes de europeus, vindos do Rio Grande do Sul principalmente italianos e alemães (DORIGON E RENK, 2013). Antes da colonização esta região já era habitada por posseiros, alguns povos indígenas antigos, refugiados de guerras, peões de empresas exploradoras de madeira,

¹Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (UNOCHAPECÓ). Email: leiladaianat@gmail.com.

²Doutorado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais (UNOCHAPECÓ). Email: tonezer@unochapeco.edu.br.

³Doutorado em Ciências Humanas (UFSC). Email: badalottirosana@gmail.com.

bandeirantes e comitivas, também denominados como brasileiros ou caboclos (RENK, 2019). As terras ocupadas por estas populações davam-se pelo sistema de posse e entendia-se que elas eram do povo brasileiro.

A partir da colonização, do ponto de vista do governo, essa ocupação passou a ser vista como uma ocupação ilegítima, deixando à população local duas alternativas: a adaptação aos novos costumes, ou a exclusão (RENK, 2019). Enquanto tática de vendas, as empresas colonizadoras ofereciam as terras para os caboclos com duas opções, ou compram ou saem, como os caboclos não tinham condições de comprar, optavam pela segunda opção, com isso foi “limpando-se” as terras e vendidas para os gringos, como eram chamados os descendentes de italianos e alemães (RENK, 2019). No início da colonização, tanto os habitantes locais, como os colonizadores buscavam produzir para a subsistência, vendendo apenas o excedente desta produção ao mercado. No entanto, a colonização trouxe novos usos de espaços e técnicas de produção.

Em meados do século XX, com o aumento do consumo da carne, inicia-se o processo de desenvolvimento econômico da região Oeste através da implantação dos primeiros frigoríficos. Os colonos, por sua vez, passam a exercer grande importância na produção da matéria-prima para estas empresas, em especial frangos e suínos, iniciando o processo de integração agroindustrial (MORETTO, 2019).

Trazendo a noção de desenvolvimento rural para esta reflexão, Kageyama (2004, p. 388) observa que os espaços rurais são compreendidos para além do setor produtivo e econômico. A autora ainda cita que [...] “a função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a abranger diversas atividades, dentre elas o turismo rural, o processamento de produtos naturais e a conservação ambiental”. Se trouxermos o Oeste de Santa Catarina para exemplificar a citação de Kageyama, podemos observar que o “antes” refere-se ao período de industrialização desta região, ocorrido principalmente a partir das décadas de 1940-50, quando grandes frigoríficos passaram a demandar do rural, matérias-primas para os seus empreendimentos. Nas décadas de 1980 e 1990 surgem vários movimentos que se contrapõem ao processo de industrialização da região, estes sendo responsáveis pela geração de desigualdades, problemas ambientais e culturais, necessitando assim se pensar novas alternativas de desenvolvimento.

Nesta linha reflexiva Schneider (2004) destaca que a pluriatividade desenvolvida pelas famílias de pequenos agricultores contribui não apenas para a geração de renda, há uma “crescente inter-relacionamento da agricultura com a sociedade, fazendo com que esta perceba que o rural pode fornecer muito mais do que alimentos e matérias-primas” (SCHNEIDER, 2004,

p.95-96). O desenvolvimento rural deve combinar aspectos econômicos e sociais, proporcionando estabilidade e renda familiar, bem como uma vida socialmente aceitável, fazendo com que estas famílias permaneçam na agricultura, evitando a migração para o meio urbano (KAGEYAMA, 2004).

Ploeg (2016) observa que apesar de compreendida como “novas”, algumas alternativas para o desenvolvimento rural buscam velhos conhecimentos, isso porque, dentre outras dimensões, as características culturais são fundamentais para esta atividade. Nesta perspectiva, uma parcela de descendentes de alemães e italianos do Oeste de Santa Catarina passam a investir no turismo rural.

Frente a esta contextualização, este estudo busca trazer o turismo na perspectiva do desenvolvimento rural, parte-se do princípio de que as relações da sociedade urbana com a rural e a valorização das culturas e identidades existentes, proporcionam o fortalecimento do setor econômico (com foco na diversidade e pluriatividade), social (compreendido aqui também como níveis de vida socialmente aceitáveis) e ambientais (papel do equilíbrio ecológico), dimensões estas citadas por Kageyama (2004).

2 Fundamentação teórica

O desenvolvimento de uma região depende de vários fatores, naturais, sociais e econômicos que, por sua vez, configuram a dinâmica regional de uma determinada localidade e suas formas de desenvolvimento. Nesse sentido, pensar em desenvolvimento é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento (OLIVEIRA; LIMA, 2003, p. 3). Ainda segundo estes autores, “[...] o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social” (OLIVEIRA; LIMA, 2003, p. 40).

Por esse âmbito, o desenvolvimento rural deve combinar aspectos econômicos, sociais e a diversificação de atividades que geram renda. Implica, ainda, na criação de novos produtos, novos serviços, formas diferenciadas com redução de custos, associados a novos mercados, em termos regionais e da economia rural (KAGEYAMA, 2004).

Em termos históricos, a grande propriedade dominou e se impôs como modelo reconhecido como ideal no Brasil até a década de 1980, porém, ao longo do tempo, gerou impactos negativos como a desigualdade social e a degradação ambiental. Para fazer frente a

este modelo, surge a agricultura familiar, reconhecida como aquela capaz de gerar maior desenvolvimento rural (WANDERLEY, 2009).

No Brasil, o surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar são recentes e tem como base três fatores: o primeiro tem a ver com a retomada do papel do movimento sindical e o fim da ditadura militar; o segundo está relacionado ao papel dos mediadores e intelectuais, especialmente cientistas sociais que debateram o tema no início da década de 1990; e, por fim, o terceiro, que está relacionado ao papel do Estado e das políticas públicas com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (SCHNEIDER; CASSOL, 2014).

Nesse mesmo sentido, Picolotto (2014, p. 64) contribui observando que,

O reconhecimento da agricultura familiar no país tem se dado de três formas principais, distintas, mas complementares entre si. A primeira diz respeito ao aumento de sua importância política e dos atores que se constituíram como seus representantes [...]. A segunda se refere ao reconhecimento institucional propiciado pela definição de espaços no Estado, criação de políticas públicas e pela Lei da Agricultura Familiar. E a terceira advém do trabalho de reversão das avaliações negativas que eram atribuídas a este modelo de agricultura, tais como: atrasada, ineficiente e inadequada. Por meio de uma luta simbólica movida pelo sindicalismo. (PICOLOTTO, 2014 p. 64).

A agricultura familiar se consolida conquistando espaço e condições favoráveis com o alcance da estabilidade econômica e controle da inflação na década de 1990, década marcada por ser o início de transformações sociais, econômicas e políticas no Brasil por meio do plano real (SCHNEIDER; CASSOL, 2014).

Desta forma observa-se que o Brasil teve avanços significativos em relação à agricultura familiar, reconhecendo a importância, a diversidade econômica e a heterogeneidade social deste grupo, formada por famílias que desenvolvem atividades na propriedade, produzindo para o autoconsumo e comercialização, bem como contribuindo para a Segurança Alimentar Nutricional (SAN) do país.

Segundo Pozzebon et al. (2016, p. 415),

A agricultura familiar é um importante ator na promoção da SAN na sociedade em geral e para as famílias dos agricultores por meio da prática do autoconsumo. A produção diversificada de alimentos apresenta uma qualidade nutritiva considerada superior aos alimentos industrializados e proporciona maior autonomia do agricultor diante do contexto social e da economia monetária.

É válido ressaltar que os estabelecimentos que compõem a agricultura familiar de hoje não deixam de ter suas raízes camponesas e, em geral, continuam sendo empreendimentos

econômicos que operam em regime de economia familiar. Os agricultores familiares não são mais um povo isolado, uma vez que possuem acesso às tecnologias e influências externas que os tornam cada vez mais decisivos a sua reprodução à medida que amplia sua inserção social (SCHNEIDER; CASSOL, 2014).

A compreensão do conceito de agricultura familiar é de fundamental importância para o entendimento dos processos de interação sociais e de relações de ocupação produtiva de trabalho formadas por este grupo social, que vive no meio rural, mas tem relações complexas e dinâmicas entre o meio urbano e o meio rural. (VASQUES, 2016, p.23).

Com base nessas constatações, compreende-se o agricultor familiar como um ator social, participante pleno do progresso da sociedade em geral, diretamente ligado às transformações da agricultura e do meio rural (PICOLOTTO, 2014). Ao trazer a noção de campesinato para o debate, Wanderley (2009) observa que o agricultor familiar não é um personagem novo da sociedade, desvinculado do seu passado camponês, mas, ao contrário os agricultores familiares rompem alguns elementos do passado, ao mesmo tempo em que mantêm algumas continuidades.

De acordo com Wandelely (1996) o conceito de agricultura familiar é entendido como aquela em que família é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho, não sendo isso um mero detalhe superficial e descritivo. Esta relação família - produção – trabalho traz consequências econômicas e sociais, pois essa combinação assume uma grande diversidade de formas. Para Lamarche (1993, p. 14) “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade”.

Frente a esta contextualização, busca-se nos itens a seguir trazer algumas categorias importantes para a compreensão do desenvolvimento rural, as quais auxiliarão na construção dos resultados, dentre elas destaca-se: a pluriatividade, a cultura local e a preservação ambiental.

2.1 Pluriatividade

O desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas em um contexto social e econômico que envolve famílias que vivem no meio rural, relacionado à renda e manutenção das famílias e dos indivíduos que as compõem, caracteriza-se como pluriatividade. Em várias regiões e países nota-se o crescimento das ocupações não agrícolas das pessoas ou famílias com domicílio rural. (SCHNEIDER, 2009). Nesse sentido, como apontam Souza e Dolci, “O

desenvolvimento multifuncional envolve a introdução de um crescente número de novas funções não agrícolas – produção, comércio e serviços – no espaço rural” (SOUZA; DOLCI, 2019, p. 12).

Essas novas funções não agrícolas no que se refere à pluriatividade pressupõe a combinação de várias atividades, sendo que, pelo menos uma delas, seja relacionada à agricultura e desenvolvida por um membro do grupo familiar (SCHNEIDER, 2009). Souza e Dolci (2019, p. 17) complementam afirmando que a pluriatividade “Permite a construção de um modelo de certo equilíbrio entre o mundo rural e urbano”. Essa aproximação entre o espaço rural e o urbano contribui para o desenvolvimento e dinamicidade da economia local e regional, principalmente em municípios onde a base econômica está caracterizada por atividades agropecuárias. Nesse âmbito,

Apesar de existirem múltiplas formas de diversificação das atividades, depreende-se que há dois grandes grupos que se distinguem por seus diferentes impactos na economia local e regional: o grupo dos consumidores de emprego, que, apesar de proporcionar aumento na renda familiar, não gera empregos nem traz uma dinâmica relevante à economia local; e o grupo dos criadores de ocupações, que são responsáveis por uma maior dinamicidade do espaço rural, provocando impactos mais marcantes na economia local. (SOUZA; DOLCI, 2019, p.18).

Pensando desta forma, o turismo rural estaria no segundo grupo, pois mesmo não sendo uma atividade agrícola, relaciona-se com a agricultura e traz impactos para a economia local. De acordo com Schneider (2009), as atividades desenvolvidas na agricultura formam um conjunto de operações, tarefas ou procedimentos que transformam o produto, seja ele derivado ou in natura, processado dentro do estabelecimento, em parte ou fora. Esse processo, chamado de para-agrícola, tem como finalidade o autoconsumo ou comercialização.

Assim, a diversidade de atividades desenvolvidas atualmente pelas famílias que vivem no espaço rural tem finalidade de complemento da renda visando melhor qualidade de vida e interação social. Como complementação de renda, essas atividades contribuem para que o agricultor familiar permaneça no espaço rural, melhorando a qualidade de vida e tendo acesso a bens que antigamente era exclusivo das pessoas que viviam nas cidades.

2.2 Cultura local

A valorização das atividades desenvolvidas pelos agricultores faz com que as culturas por eles trazidas de gerações passadas sejam mantidas. A preservação da memória é algo extremamente importante para a cultura da identidade de um povo e o processo de conservação da memória torna-se importante para que o homem possa aprender sobre seu passado, e em

seu presente venha manipular informações e habilidades necessárias para atuar em seu meio de forma a evitar um ciclo de degradações. (ARANTES, 1984).

Segundo Fontana (2004), para a sustentabilidade da atividade turística deve-se manter a autenticidade (recepção, costumes, gastronomia, construções, edificações etc.). Nesse contexto, o turismo surge trazendo a herança cultural produzida pelos seus protagonistas, seja ela pelas moradias, testemunhos ou registros históricos, acumulação de ação humana, dentre outras informações culturais de um determinado local ao longo do tempo (FONTANA, 2004).

Ainda de acordo com Fontana (2004), a sustentabilidade da atividade turística no espaço rural tem a herança como um de seus principais atrativos, possibilitando a diversificação das atividades desenvolvidas pela família e resgatando os papéis dos indivíduos na sociedade:

A transferência cultural caracteriza-se por uma transformação temporária no comportamento do anfitrião durante seu encontro ou interação com os turistas. O que pode ocorrer também é o processo de aculturação, onde uma determinada sociedade “toma emprestado” um ou mais elementos da outra, agregando-os à sua cultura. (FONTANA, 2004, p. 07).

Nesse cenário, é preciso ressaltar que a troca de experiências culturais agrega conhecimentos transformando a cultura existente, despertando de ambas as partes interesse de conhecer o outro e a forma de vivência que se apresenta. O turismo rural proporciona além de troca de experiências culturais, atividades diversificadas, uma vez que possibilita aos turistas desfrutar ao máximo do ambiente natural e cultural. Nesse sentido, a família agrega valor aos produtos e serviços oferecidos por caracterizar-se por ser um produto diferenciado.

Uma característica cultural que se destaca no Oeste de Santa Catarina é a do colono. Segundo Dorigon e Renk (2013), esta era uma identificação dos imigrantes descendentes europeus, sobretudo de origem italiana e alemã, vindos do Rio Grande do Sul no início do século XX. Os chamados colonos constituíam-se numa estratégia de reprodução social camponesa, onde traziam saberes e práticas de preparos de alimentos ainda não conhecidas pela população autóctone. (DORIGON; RENK, 2013). Por consequência, os produtos que saíram das unidades rurais foram nomeados como colonial, “[...] por trazerem as marcas do trabalho artesanal, incorporarem saberes tradicionais transmitidos de geração a geração e que ora encontram os locais de comercialização de espaços urbanos e manufaturados” (DORIGON; RENK; 2013, p. 16).

Dentre estes produtos se destacam os derivados da carne suína (salames, dentre outros embutidos), derivados do leite (queijo colonial, manteiga, dentre outros), doces e geleias de frutas, conservas de hortaliças, massas e biscoitos, açúcar mascavo, sucos e vinho, estes se caracterizando como produtos coloniais (DORIGON; RENK, 2013). Para Dorigon (2008, p. 7), o

Oeste Catarinense é “[...] como um Sítio Simbólico de pertencimento, do qual os produtos coloniais são uma de suas expressões, pois são portadores de valores, saberes e experiências vividas e compartilhadas por estes grupos sociais”.

Assim, os produtos coloniais estão no paladar da população e, muitas vezes, as lembranças da infância faz com que muitos procurem consumir esses produtos, que são saborosos, com ótima qualidade e com um valor nutricional superior aos industrializados, além do que, pela correria do dia a dia as pessoas não têm o tempo de produzir seu próprio alimento. Essa nova alternativa de produção e comercialização faz com que muitos excluídos da industrialização, passem a produzir seus produtos de forma colonial, principalmente para comercializar através de circuitos curtos.

É nesse cenário que os mercados de produtos coloniais vêm ganhando espaço na mesa do consumidor do Oeste de Santa Catarina. Hoje muitas famílias buscam qualidade de vida e uma alimentação com equilíbrio, optando por produtos saudáveis de boa procedência. Esses produtos possuem um diferencial por estarem sendo produzido de forma artesanal colonial e proporciona também aos agricultores familiares uma complementação de renda.

2.3 Preservação ambiental

Para Lottici Krahl (2003), o turismo rural vem se destacando nas últimas décadas como uma opção de lazer, descanso e aventura. O equilíbrio da natureza, a vida simples do campo, juntamente com a leveza do ar puro proporcionam aos turistas, bem-estar e uma viagem ao passado, através do resgate de atividades e locais que demonstram o início da colonização. Muitas pessoas buscam no turismo rural energizar-se para enfrentar a vida cotidiana nos centros urbanos. Este setor se caracteriza também como opção de lazer, fonte de renda para os agricultores, valorização do rural e estímulo à preservação ambiental.

Segundo Almeida,

A revalorização do rural contida nas práticas de excursões ao campo, os veraneios e as atividades de lazer nele, bem como outras diversas formas de sua utilização e consumo, tem se fundado na grande expressão planetária que tomou o ambientalismo nas últimas décadas. (ALMEIDA, 2000, p. 3).

O rápido processo de industrialização e urbanização, fez com que as pessoas que se afastaram do campo migrando para a cidade sentissem a necessidade de estar em contato com a natureza. Para o desenvolvimento do sujeito e do turismo o meio ambiente é fundamental, é a base da economia turística apresentando oportunidades e limitações (RUSCHMANN, 2000).

Os impactos causados pela atividade turística também podem ser irreversíveis, por este motivo a utilização do meio ambiente para esta atividade deve ser realizada com cuidado, conhecimento, responsabilidade e consciência. Neste sentido Michelin (2006) complementa afirmando que os impactos do turismo rural podem ser positivos ou negativos, pois trazem benefícios para a comunidade receptora e contribuem para a preservação do meio ambiente, porém negativo, por causar degradação do meio e espetacularização da cultura.

3 Metodologia

A pesquisa foi de natureza qualitativa, a qual responde a questões particulares, preocupa-se com a realidade e não pode ser quantificada, trabalha com crenças, aspirações, valores e atitudes, correspondendo com as relações dos fenômenos e não se reduzindo a operações de variáveis (MINAYO, 2001). A pesquisa foi realizada no município de Quilombo-SC, nos meses de novembro e dezembro de 2020 e janeiro de 2021, envolvendo todas as famílias rurais que fazem parte da Rota Encantos Rurais e representantes de instituições do município que auxiliaram na implementação da rota.

Sendo assim, fizeram parte da pesquisa 6 (seis) empreendimentos rurais: Sítio Favaretto, Cachaçaria Dona Nelva, Casa do Mel, Panificadora Dona Paulina, Vinícola Busnello e Fazenda Barbosa e 4 (quatro) representantes de instituições. Estes foram indicados pelos próprios agricultores pertencentes à Rota no momento das entrevistas com as famílias, sendo eles um representante da Secretaria do Turismo, um representante do Conselho Municipal do turismo (COMTUR), um representante da Associação Comercial de Quilombo e Região (ACIQ) e uma consultora do SEBRAE.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizado entrevistas semiestruturadas e observação com registro em um diário de campo. A análise dos dados foi de conteúdo. Segundo Minayo (2001), conceber a análise de conteúdo como conjunto de procedimentos sistemáticos implica a determinação de tais procedimentos, de forma a dar segurança ao pesquisador no caminho a seguir, ao mesmo tempo em que permite a aplicabilidade da técnica, possibilitando a comparação entre resultados de diferentes estudos.

4 Resultados e discussões

4.1 Rota Encantos Rurais: Um sonho que se tornou realidade

A Rota Encantos Rurais começou com 37 famílias de agricultores familiares, como destaca a entrevistada do estabelecimento Sítio Favaretto, com uma reunião promovida pela ACIQ e o COMTUR, onde seriam tratados assuntos relacionados à implementação do turismo rural no município de Quilombo-SC.

A entrevistada representante do COMTUR afirma que, no início, várias famílias estavam no projeto, mas que por motivos específicos foram desistindo e atualmente fazem parte da Rota seis empreendimentos rurais. Ela afirma, ainda, que o projeto é aberto a todos que quiserem entrar: “é só estar adequados às normas”.

Neste sentido, a Prefeitura Municipal de Quilombo também estabeleceu uma parceria com o SEBRAE no ano de 2015 que se estende até os dias atuais. Após firmar contrato com o SEBRAE, as instituições envolvidas chamaram as famílias de agricultores para uma conversa e apresentação do projeto. De acordo com o representante da Secretaria do Turismo da Prefeitura Municipal de Quilombo, o planejamento inicial ocorreu a partir das reuniões com os agricultores e, segundo ele,

[...] quando entrei em contato com as consultoras do SEBRAE para organizar e planejar, em 2016 em questão de pouco tempo estava constituída a parceria, quando se parte da sociedade juntamente com o conselho a coisa acontece. No início éramos em 37 famílias e aos poucos foram desistindo achando que não era possível, que não iria dar ponto e ficou essas seis famílias.

É importante observar que a Rota é apenas um elo do turismo no município de Quilombo, havendo outros projetos sendo desenvolvidos nesta área, como o balneário das águas termais, a gastronomia e a hotelaria. Ao ser questionado sobre a Rota, o representante da Secretaria do Turismo cita ainda que,

A rota foi o pilar inicial do turismo em nosso município, ela partiu da organização da sociedade para mostrar ao poder executivo que o turismo é viável em nosso município, recebeu premiação de segundo lugar no estado e terceiro lugar em nível nacional. O conselho do turismo é bem antigo, mas nossos prefeitos não acreditavam que era possível, então através da rota foi mostrado que é possível o turismo em Quilombo.

Percebe-se, na fala acima, que a participação social é importante para o desenvolvimento de uma localidade ou de um projeto. Segundo o entrevistado da Vinícola, “houve planejamento

através de reuniões mensais e a ACIQ incentivou também”. Destaca ainda que quem ajudou e está ajudando até os dias atuais são duas consultoras do SEBRAE, com palestras gratuitas e cursos, “mas cada um se vira para arrumar sua propriedade”.

No início as reuniões eram divididas em grupos de estudos: “geralmente eram grupos de seis pessoas e as meninas orientando [referindo-se às duas consultoras do SEBRAE]”, cita entrevistada da Cachaçaria Dona Nelva. Nesse mesmo sentido, complementa a entrevistada do empreendimento Dona Paulina, que “[...] a gente tinha reuniões todo mês e decidia tudo junto”.

Ressalta-se, nesse sentido, que a participação social foi muito importante para o desenvolvimento da Rota, juntos e com o apoio do poder público, das instituições, o projeto foi se concretizando. Segundo os empreendimentos, houve muitas reuniões mensais em que a ACIQ também participava ativamente.

O Conselho Municipal do Turismo (CONTUR) também contribuiu neste processo. O CONTUR é o primeiro passo para pensar e debater políticas públicas para o desenvolvimento integrado de ações que irão consolidar a atividade turística no âmbito econômico, cultural, social e ambiental de um município ou determinada região, tendo em vista que se trata de um canal de efetiva participação social (BRASIL, 2018). A partir da Constituição Federal Brasileira de 1988 a participação social passou a ter vez nas decisões das políticas públicas, através dos representantes nos conselhos e comissões. O Conselho Municipal de Turismo no município de Quilombo foi criado no ano de 1998, 10 anos após a Constituição que garante a participação social nas políticas públicas, criado pela Lei nº 1.362/98, com a finalidade de orientar, promover e emitir sugestões para o desenvolvimento do Turismo no Município de Quilombo (QUILOMBO, 1998).

Observou-se que o CONTUR de Quilombo é importante para o desenvolvimento do turismo rural deste município e este é constituído também por membros que representam a Rota Encantos Rurais, inclusive, a atual presidente do conselho faz parte das famílias que compõem a Rota.

Além da importância do Conselho Municipal, outras instituições tiveram papel importante no desenvolvimento do turismo especificamente da Rota Encantos Rurais. Seguidamente os entrevistados da pesquisa destacavam o papel do SEBRAE, que “ajudou na organização e implementação da Rota Encantos Rurais”, conforme cita a entrevistada da cachaçaria Dona Nelva,

Eu fui chamada numa reunião na prefeitura que tinha umas mulheres [referindo-se às consultoras do SEBRAE] que queriam organizar o turismo aqui. Na época foi mais de 20

peessoas, mas o que ficou foi só esses 6 que persistiram. Os demais foram saindo, achavam que não dava certo e a gente foi persistindo. No começo não sabia se ia dar certo ou não, era um desafio e também as meninas [referindo-se as consultoras do SEBRAE] falavam que não ia precisar de dinheiro, era só arrumar o que a gente tinha, foi verdade, a gente organizou. Eu não gastei nada, às vezes comprava um pé de flor, alguma coisa, mas pouca coisa.

Complementando a fala acima, a mesma entrevistada relata que no início das atividades havia muitas reuniões: “nós tínhamos reuniões quase semanal [...], não sabia se ia dar certo ou não, mas eu pensei, vou fazer se não der certo vou fazer para mim”, aceitando o desafio. Ela ainda postula,

Assim, no começo vinham os visitantes dava um frio na barriga porque você recebe um monte, cheio de gente, então às vezes receber professores, receber juízes pessoas importantes falar para essas pessoas, no fundo dá um frio na barriga, mas, a K... e S... [referindo-se as consultoras do SEBRAE] sempre diziam: - Você só conta tua história, fala o que é. [...] quando você explica, as pessoas ficam ouvindo e eu não sei se sou a altura de falar para essas pessoas importantes, mas eles gostam de ouvir como é que eu faço como é que é feito todo o processo.

Como se percebe no relato da empreendedora, no início a insegurança foi grande. Compreender de que forma os empreendedores deveriam receber os turistas, ter que falar em público, era difícil, mas com o tempo esse medo e insegurança foram sendo superados. Ao falar sobre a Rota, percebia-se o brilho no olhar, ao contarem como foi todo o processo, sentia-se a sensação de que estes empreendimento haviam cumprido seu dever.

Segundo os representantes das instituições participantes da pesquisa, as famílias envolvidas já desenvolviam as atividades, mas de forma informal, com conhecimentos adquiridos na própria família, os quais foram sendo passado pelas gerações que as antecederam. Com a criação da Rota houve algumas mudanças nas propriedades, como embelezamento, acompanhamento de pessoas especializadas para o planejamento e desenvolvimento das ações.

As teorias do desenvolvimento rural trazem o papel importante que as instituições desempenham nestas atividades. Boisier (1999) e Campanhola e Silva (2000) apontam que o papel do poder público e das instituições que atuam nos espaços rurais se modificam, o centralismo cede espaço à parceria e à participação da sociedade. Abramovay (1999, p. 8) ainda complementa dizendo que,

A ideia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.

Um território tem suas especificidades, caracterizado pela sua cultura, sua história e identidade, e isso vai além dos aspectos econômicos. Por sua vez, a Rota representa uma estratégia de sobrevivência desenvolvida pelas famílias através de seus esforços, incrementando possibilidades de garantir sua reprodução social (PLOEG et al, 2000). Dando continuidade à discussão, é importante lembrar que manter o original é um dos requisitos para participar da Rota. Segundo o representante da ACIQ,

O foco principal da criação do turismo rural é mostrar para as pessoas que o que muitas vezes nós achamos que não é turístico, o de fora pode achar que é [referindo-se aos turistas], desde um tirar leite, desde um catar ovos, o simples pode ser sensacional para algumas pessoas que nunca imaginou ver ou ter a oportunidade de ver, e era isso que eu percebia quando ia viajar, o que para outras pessoas era tão normal, para mim era incrível, por isso eu acreditei muito e a gente foi atrás de informações para tornar possível o turismo rural aqui.

O entrevistado acima complementa afirmando que no início era nítido ver, em cada uma das pessoas, que eles não estavam crendo muito na Rota, mas deram um voto de confiança para quem acreditava, porque a ACIQ estava junto com eles apoiando e buscando alternativas, uma vez que naquele momento também havia consolidado a assessoria do SEBRAE. Destaca ainda que não foi fácil convencer o poder público de sua importância, mas “a assessoria do SEBRAE foi uma assessoria fundamental para a organização e criação da Rota”. Ainda observa o entrevistado que, “ao mesmo tempo que queriam participar [referindo-se às famílias rurais] havia a dúvida. Será? Será? Eu acho que foi uma das dificuldades e um problema também, eu posso dizer, no início as pessoas não entendiam que o turismo podia ajudar”.

Nesse sentido, percebe-se que a participação do poder público e de entidades parceiras é fundamental neste processo de desenvolvimento inicial, para passar confiança aos empreendedores. Entende-se também que o planejamento das ações de forma participativa faz com que o sucesso do projeto venha a fluir, através do turismo, valoriza-se os espaços rurais, proporcionando desta forma o desenvolvimento da região como um todo. Como foi dito pelo presidente da ACIQ: “são lugares incríveis que temos aqui e hoje os agricultores percebem isso, os espaços foram bem arrumados, deixando os lugares mais bonitos e aconchegantes. Além de satisfazer os visitantes e turistas, deixou as famílias mais felizes e realizadas”.

Nesse sentido, observou-se que, além de contribuir para o desenvolvimento econômico, a Rota proporciona bem-estar às famílias empreendedoras, estas passam a ser valorizadas pelo que são e têm. O turista também contribui com este sentimento de valorização quando faz a visita e demonstra satisfação através da fala, da compra de produtos e do retorno aos

estabelecimentos. Assim, a Rota Encantos Rurais buscou, através de organização com o apoio de instituições parceiras e poder público, mostrar que é possível o turismo rural no município de Quilombo – SC e que esta atividade é uma estratégia de desenvolvimento rural, pois além de contribuir na renda das famílias agricultoras, também valoriza a região e as pessoas que estão inseridas neste processo. O próximo item complementa estes e outros achados da pesquisa.

4.2 Potencialidades e limites da Rota Encantos Rurais

Ao questionar os seis empreendedores sobre o que eles consideravam positivo nesta atividade, a surpresa foi que todos destacam a importância do compartilhamento de conhecimentos entre as famílias empreendedoras, os turistas e as instituições envolvidas. Também são destacados os afetos, a criação de vínculos entre os empreendimentos e os turistas, como cita a entrevistada da Panificadora Dona Paulina,

É muito bom conhecer pessoas diferentes, fazer amizades, trocar experiências. Há pessoas que você faz mais amizade, cria laços mais fortes do que algumas que você conhece a vida inteira, têm pessoas de Chapecó que falam todo dia comigo, que vieram aqui conhecer a Rota e nos tornamos amigos.

Esta questão nos auxilia na compreensão de que o turismo rural gera melhorias que não se limitam ao econômico. Nesta direção, Amartya Sen (2000) afirma que apenas a riqueza não é suficiente para gerar desenvolvimento e que os motivos que levam a um maior bem-estar dizem respeito a cada indivíduo, sociedade ou nação. Por isso, também, que o termo desenvolvimento não tem uma definição exata, é complexo e relativo.

Certamente a questão econômica não pode deixar de ser considerada. Além de criar vínculos, a inserção das famílias na atividade do turismo proporcionou melhorias financeiras nos seis empreendimentos rurais. Segundo entrevistada da Cachaçaria Dona Nelva, “os pontos positivos é a geração de renda e a valorização do agricultor familiar”.

Neste sentido, os entrevistados dos empreendimentos afirmam que a Rota possibilita uma renda extra sem grandes investimentos, isso porque as propriedades já oferecem condições materiais (dentro destas as casas antigas, a natureza, os riachos) e imateriais (os costumes, a linguagem, a memória) para oferecer aos turistas locais de descanso, aconchego, boa alimentação e lembranças do passado.

Diante disso, o turismo rural apresenta-se como uma alternativa de complementação de renda, mas não só, pois valoriza e preserva a cultura local, os conhecimentos herdados, que são passados de geração em geração. Em termos culturais, Schneider (2016, p. 33) cita que,

[...] o papel que a agricultura familiar pode exercer refere-se à preservação do patrimônio sociocultural, relacionado tanto à cultura imaterial como à língua, à gastronomia, e às manifestações folclóricas. Trata-se, verdadeiramente, da principal herança das sociedades camponesas que a agricultura familiar mantém, pois o modo de vida, a cultura e os valores camponeses conferem identidade social a muitas comunidades e povoados rurais.

A cultura torna-se, então, importante elemento, não apenas para preservar a identidade local, mas também para dar suporte econômico a uma categoria historicamente marginalizada pela sociedade. Nesse sentido,

A utilização do termo agricultura familiar ao invés de pequeno produtor permite ampliar a definição, pois supera o critério quantitativo de área de terra, e agrega a variável trabalho. Assim, o agricultor familiar é todo produtor agrícola/rural que utiliza predominantemente o trabalho da sua família para a execução das atividades que compreendem seu empreendimento. (SCHNEIDER, 2016, p. 21)

A implementação da Rota turística, que tem como fio condutor os alimentos saudáveis e o contato com a natureza, proporcionou desenvolvimento para todos os envolvidos neste processo. Para Tonini e Dolci (2020, p. 13), “[...] o turismo proporciona a viabilização de novos canais de venda, articulados de maneiras diferentes por cada propriedade [...]”. Assim, os produtos oferecidos são do tipo colonial, orgânico in natura e artesanal, o que auxilia na agregação de valor. Além da qualidade superior ao industrializado, hoje há grande procura por esses produtos, uma vez que as pessoas estão cada vez mais preocupadas com a qualidade de vida e bem-estar e, por vezes, encontram no turismo rural alternativa que contemplam suas buscas.

Além do exposto, é importante observar que esta atividade tem como objetivo essencial oferecer aos turistas a oportunidade de reviver as práticas, os valores e as tradições culturais e gastronômicas das sociedades rurais, beneficiando-se da comida saudável, contato com a natureza e acolhimento personalizado (DGADR, 2013). Ressalta-se que o turismo rural surgiu inicialmente na Europa com o objetivo essencial de “[...] travar o despovoamento, preservando a paisagem rural, como incentivo à agricultura familiar para o equilíbrio ambiental saudável” (GODINHO, 2004, p. 91). Nesse sentido, pode-se afirmar que também no município de Quilombo o turismo rural vem sendo uma forma de manter a população no campo através da pluriatividade

e mais do que isso, dá um novo sentido para o espaço rural, preserva a cultura e complementa a renda dos agricultores.

Entre as potencialidades do turismo rural, cabe salientar, segundo os entrevistados, que as propriedades rurais da região Oeste têm a natureza como uma de suas aliadas, já que muitas são abundantes em água, árvores e espaços diversificados. As atividades desenvolvidas são em grande parte ao ar livre, utilizando do espaço natural que ali se apresenta. Kastenholtz (2002) complementa as falas dos entrevistados ao observar que as áreas rurais são cada vez mais procuradas por vários motivos, entre eles à recreação, o lazer e o turismo, devido à grande riqueza de recursos, de carácter natural, histórico e cultural que possuem.

Os espaços rurais que, muitas vezes, são vistos por parte da sociedade como um local em decadência, hoje proporcionam às pessoas que querem sair de suas rotinas conturbadas do meio urbano, experiências das quais nunca iriam ter a chance de vivenciar, como o contato com animais, banho de cachoeiras e vivência nas atividades diárias dos agricultores. Outro fator positivo e marcante que também se observou neste estudo é que, dos seis estabelecimentos familiares analisados, três são administrados por mulheres.

Nesse cenário, as mulheres ganham destaque na atividade turística analisada: algumas ingressaram na atividade por sentirem a necessidade de buscar sua independência financeira, outras por gostar do trabalho e de gostar de estar com pessoas, receber pessoas e contar sua história. Najafzadeh e Mennerick (2003) citam que as mulheres no turismo, além de estarem fazendo o que gostam, beneficiam a família, proporcionando um potencial para promover uma progressiva transformação no sistema social e econômico familiar.

Diante do elucidado é preciso observar também que a Rota apresenta algumas limitações, dentre elas, segundo os entrevistados, destaca-se o fato de que poucas pessoas do município a visitam, o que se confirma com a fala da representante da Fazenda ASB: “nós não tivemos muitas pessoas daqui que fizeram [visitaram] a Rota, a maioria que veio foi de fora, até grupo de médicos, professores, alunos, principalmente de universidades”, cita ela, com entusiasmo. A entrevistada salienta que são pessoas simples que gostam do simples e isso os deixa feliz.

Diante do relato acima, percebe-se que há pouco interesse da população local em conhecer a Rota. Talvez essa limitação esteja relacionada ao fato de que a população local já conhece as famílias e inclusive, produzem grande parte dos produtos que são comercializados na Rota. A população do município geralmente mora, ou tem parentes e amigos que moram no rural, o que faz com que a Rota não seja uma novidade para eles como é para as pessoas que vem de fora.

Outro fator limitante citado pelas famílias empreendedoras foi a falta de divulgação da Rota: o marketing. O marketing turístico representa um meio de conceber uma situação orientada para o equilíbrio entre a satisfação das necessidades dos turistas e as necessidades e os interesses dos destinos ou das organizações (LOPES, 2011). A Rota Encantos Rurais está bem-organizada, mas sente-se a necessidade de maior divulgação das atividades, citam os entrevistados, “para atrair mais turistas”.

Como fator limitante os entrevistados também citaram o difícil acesso até alguns empreendimentos em que as estradas se encontram precárias e sem nenhuma sinalização. Algumas propriedades já estão com placas de indicação, mas segundo os entrevistados, estas não parecem suficiente, pois os espaços rurais do município têm várias entradas para as diversas propriedades, o que dificulta a chegada aos empreendimentos inseridos na Rota.

A entrevistada do empreendimento Dona Paulina também comenta como limite a falta de incentivos (máquinas para arrumar a propriedade às entradas e estradas). Segundo ela, “ônibus grande às vezes não consegue entrar na propriedade pois a estrada não está em boas condições”. Cita ainda que,

O acesso do asfalto para a estrada de acesso à propriedade está péssimo, é ruim para entrar, minha filha já sofreu acidente ali, pois tem pouca visão. Nós arrumamos de vez em quando, mas se o poder público pudesse nos auxiliar, nos ajudaria bastante, porque o custo de hora máquina é um valor caro e através do turismo rural estamos divulgando o município.

Nesse mesmo sentido, o presidente da ACIQ nos relata que o poder público é parceiro da Rota Encantos Rurais em vários aspectos, mas,

Ressalto que precisa ter máquinas para auxiliar em algumas estradas, porém eles estão fazendo de acordo com as regras da secretaria e precisa seguir um cronograma de trabalho. Tem algumas coisas que no contexto de algumas pessoas talvez seria o poder público responsável, mas no meu conceito não cabe a ele, porque o poder público tem que chegar até um limite, aí para frente a pessoa. O empreendedor não pode querer que tudo depende do poder público, cada um deve fazer sua parte.

Na visão da Empreendedora do Sítio Favaretto e Presidente do Conselho Municipal do Turismo, o município como um todo deveria “valorizar mais nosso interior”. Acrescenta a empreendedora citando que,

Tem muita coisa para ser desenvolvida, que o pessoal não dá valor. Eu sempre digo que o turista não custa nada para o município, não utiliza serviços públicos. Uma das maiores dificuldades é em relação ao marketing digital, se tivesse bem explicado sobre cada propriedade, cada produto, captaria mais o turista para dar mais segurança ao turista em vir.

Segundo presidente da ACIQ uma das dificuldades encontradas é quando muda o pleito eleitoral, uma vez que cada gestor possui seu plano de governo e pretende pôr em prática. Nesse sentido, complementa:

Se entrava um prefeito, e no próximo pleito mudasse e entrasse outro, o que acontecia? – O projeto que o prefeito anterior começou, o que assume não dava continuidade. Isso era uma coisa que eles não entendiam [referindo-se aos empreendimentos inseridos na Rota]. O que deu para perceber é que sempre foi assim, mas quando a comunidade começou a participar e reivindicar seus direitos através do Conselho Municipal do Turismo, nós criamos documentos legais juntamente com o Conselho que desse suporte para que continuassem as atividades iniciadas, independente do gestor que assumisse.

A pandemia também foi citada como uma das limitações enfrentadas pelos participantes da Rota. Os empreendimentos tiveram que cancelar toda a agenda no ano de 2020 e 2021 por precaução, sendo que muitas das pessoas que trabalham com o turismo rural fazem parte do grupo de risco. Segundo o representante do turismo, este foi um dos setores mais prejudicados pela pandemia.

Entretanto, mesmo na pandemia, os seis empreendimento continuam desenvolvendo as atividades de comercialização dos produtos, mas não recebem grupos de turistas. Observou-se também que muitos planos estão sendo pensados para o futuro e a esperança que volte à normalidade é grande. Um exemplo é o projeto da entrevistada do empreendimento da Cachaçaria, que fala entusiasmada: “eu acho que tem um potencial bem grande, por exemplo, eu quero fazer é no descer do céu cantar a oração da Ave Maria. Quando viajei pra Maceió, lá tinha, achei muito lindo, muita gente emocionada isso é uma das coisas que eu pretendo fazer futuramente”.

Em síntese observou-se que, apesar de algumas limitações, a Rota Encantos Rurais no município de Quilombo contribui para o desenvolvimento rural, proporcionando desenvolvimento econômico das famílias empreendedoras através da geração de renda através de baixos investimentos, afinal, grande parte dos recursos provêm do próprio estabelecimento. O princípio cultural foi observado através das casas e demais infraestruturas preservadas, da época da colonização. Também se observou a presença de produtos coloniais, os quais se mantêm há gerações. Em relação ao meio ambiente, observou-se uma preocupação dos entrevistados com a natureza, a qual necessita ser cuidada, preservada para a apreciação dos turistas, mas não só, pois a natureza é também morada de vida das famílias que possuem os empreendimentos.

Por fim, observou-se que, para a constituição da Rota, levou-se em conta a participação dos agricultores através de reuniões que, no início, eram semanais. Destaca-se também o papel das instituições, as quais foram fundamentais para que este sonho se concretizasse.

5 Considerações finais

O desenvolvimento rural vai muito além do setor econômico, leva em conta a cultura, o social e o ambiental, assim como a qualidade de vida das pessoas. Muitos são os desafios para a permanência do agricultor familiar na agricultura, quer seja pela limitação de produção agrícola na sua pequena propriedade rural, quer seja por contar com poucos incentivos públicos, os quais favorecem mais os grandes produtores rurais.

A pluriatividade na pequena propriedade rural surge como alternativa de desenvolver outras atividades, sejam elas agrícolas ou não agrícolas, que venha a agregar renda a família, dessa forma, mantêm agregado o núcleo familiar, evitando a migração de pequeno produtor, ou mesmo, a migração para a cidade em busca de um trabalho assalariado. Observou-se que o turismo nos espaços rurais se apresenta como alternativa viável para as famílias permanecerem nestes locais, mantendo suas origens e costumes, compartilhado sua cultura e tradição com os turistas e visitantes.

Pode-se considerar que a atividade turística é uma complementação de renda para as famílias. Outro fator marcante é a valorização da cultura local, a forma como as famílias recebem e passam seus conhecimentos, cada um tendo seu jeito que encanta. Percebe-se que em todos os empreendimentos analisados existe a herança de família que foi passada de geração para geração. Também a preservação da natureza é vista com uma potencialidade, pois contribui para embelezar e aconchegar os visitantes.

Assim conclui-se que a Rota Encantos Rurais contribui para o desenvolvimento rural do município de Quilombo e da região, pois leva em conta, além das questões socioeconômicas, as questões cultural e ambiental, proporcionando maior qualidade de vida para os agricultores e para os turistas.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial Reforma Agrária – **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – v. 28 n.º 1,2 3 e 29, nº1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

AKERMAN, M. **Saúde e desenvolvimento local princípios, práticas e cooperação técnica**. São Paulo: Hucitec, 2005.

ALMEIDA J. C. **Turismo e legado cultural**. Capinas: Papyrus, 2000.

ARANTES, Augusto Arante (org.). **Produzindo o passado, Estratégias de construção do patrimônio cultural**. Brasiliense, 1984.

BOISIER, S. (1999). Nuevas Fronteras para la política regional em América Latina. Ciudad y Territorio Estudios Territoriales, (122).

BARRETO, M. (Orgs.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papyrus. Coleção Turismo. 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo, 2018. Disponível em:

http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/CARTILHA_CONSELHOS_MUNICIPAIS_R EVISADA_05_10_18.pdf. Acesso em: 20.10.21.

CAMPANHOLA, Clayton, SILVA, José Graziano. Panorama do Turismo no Espaço Rural Brasileiro: Nova Oportunidade para o Pequeno Agricultor. 1999. *In: Anais do Congresso Brasileiro de Turismo Rural*. Turismo no Espaço rural Brasileiro. Piracicaba. 1999.

DGADR. **Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural**. 2013. Disponível em:

<https://www.dgadr.gov.pt/diversificacao/turismo-rural>. Acesso em: 23.10.21.

DORIGON, Clovis, RENK; Arlene. **Juventude rural produtos coloniais e pluriatividade**, Argos, 2013 – Chapecó.

DORIGON, Clovis. **Mercados de produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina: em construção**, IV ENEC - Encontro Nacional de Estudos do Consumo 2008 - Rio de Janeiro/RJ.

ESCHER, Fabiano. **Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contra movimentos da agricultura familiar, atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no sudoeste do Paraná**, Porto Alegre, 2011.

FONTANA, Rosilene de Fátima. **As Políticas Públicas e Ações Privadas para o Turismo Rural a prática do turismo rural e suas implicações na cultura local**. Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus/Ielusc. IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Joinville – 2004.

FROEHLICH, J. M. Turismo Rural e Agricultura Familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento local. *In: ALMEIDA, J.; RIEDL, M. (Orgs.). Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru: EDUSC, 2000. 263 p.

GODINHO, C. O Turismo em Espaço Rural (TER) em Portugal, problemas e desafios para o futuro, **Revista Turismo e Desenvolvimento / Journal of Tourism and Development**, N.º1, Vol. 1. 2004.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KASTENHOLZ, E. **The role and marketing implications of destination images on tourism behavior: the case of Northern Portugal**. 2002. 392 f. Tese (Doutorado em Turismo), Universidade de Aveiro, Aveiro, 2002.

LAMARCHE, Hugues (coord.). Introdução geral. *In: A agricultura familiar: comparação internacional*. Vol. I: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 13-22.

LOPES, Marlene. **Marketing no Turismo Estruturação de um Plano de Marketing Coimbra** 2011, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra 2010-2011.

LOTTICI KRAHL, Mara Flora. **Turismo Rural: conceituação e características básicas**. Dissertação de Mestrado. Brasília: GEA/IH/UnB, 2003: 30.

MARIANI, Milton Augusto Pasquotto *et al.* **Planejamento participativo do turismo como estímulo ao desenvolvimento local: uma abordagem teórica**, Belo Horizonte, V seminário AMPTUR, 2008.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91, out./dez., 2014.

MICHELIN, Rita Lourdes. **Turismo na Preservação dos Recursos Naturais: Vilão ou Solução? O caso do Parque Estadual de Itapuã – RS**. Universidade de Caxias do Sul – UC. 2006. IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229 - 254, jan./abr. 2019.

NAJAFIZADEH, M., & MENNERICK, L. A. (2003). **Gender and social entrepreneurship in societies in transition: the case of Azerbaijan**. *Journal of Third World Studies*, Fall. Retirado de. Possati, I. C., & Dias M. R. (2002). Multiplicidade de papéis da mulher e seus efeitos para o bem-estar psicológico. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 15 (2), 293-301.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. Elementos Endógenos do Desenvolvimento Regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE**. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, mai/dez. 2003.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2014, vol.52, suppl.1, pp.63-84. ISSN 0103-2003.

PLOEG, J. D. Van Der *et al.* Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, UK, v. 40, n. 4, p. 391-408, out. 2000.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano**. Porto Alegre/São Paulo, Ed. UFRGS/UNESP, 2016. 196p.

POZZEBON, L., RAMBO, A., & GAZOLLA, M. As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas: Autoconsumo e Segurança Alimentar e Nutricional. **Desenvolvimento Em**

Questão, 2016 (42), 405-441. Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6057>.

Acesso em: 20.10.21

QUILOMBO (Município). Estado de Santa Catarina, Prefeitura Municipal de Quilombo. **Lei Municipal nº. 1.362/98** - de 07 de maio de 1998.

RENK, Arlene. **A colonização do oeste catarinense**: as representações dos brasileiros. Cadernos do CEOM - Ano 19, n. 23 - CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina. 2019.

REZENDE, C. L., FARINA, E. M. Assimetria informacional do mercado de alimentos orgânicos. *In*: **II Seminário Brasileiro da Nova Economia Institucional**, 2001, Campinas. II Seminário Brasileiro da Nova Economia Institucional, 2001.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**: A proteção do meio ambiente. 9.ed. Campinas: Papirus, 2000.

SCHNEIDER, Sergio **A PLURIATIVIDADE E O DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO**. Texto apresentado no II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional - UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul, 28 Set.-01 Out., 2004.

SCHNEIDER, Sergio. A Presença e as Potencialidades da Agricultura Familiar na América Latina e no Caribe, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre – RS – Brasil, **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v. 21, nº 3, p. 11 - 33, set./dez. 2016.

SCHNEIDER, Sergio. La pluriactividad en el medio rural brasileño: características y perspectivas para la investigación, *In*: GRAMONT, Hubert de (Org.) **La Pluriactividad en el campo latinoamericano**. Ed. Foro de FLACSO-Ecuador, Quito, 2009.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/19539/mod_resource/content/2/CHY%20-%20Sen%20-%20Aula%208.pdf. Acesso em: 17.10.21.

SOUZA, Marcelino de. DOLCI, Tissiane Schmist. **Turismo rural**: fundamentos e reflexões [recurso eletrônico] / Marcelino de Souza e Tissiane Schmidt Dolci ; coordenado pela SEAD/UFRGS. – Dados eletrônicos – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019. 118 p.

TONINI, H. & DOLCI, T. S. **Turismo rural e novos mercados para produtos alimentares agrocológicos**: estudo de caso da Rota Via Orgânica. Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade, 12(3), pp. 537-554, DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i3p537>. 2020.

VASQUES, Samuel T. **Dinâmicas socioeconômicas nas práticas dos feirantes de agricultores familiares de Chapecó -SC**. 2016. 93 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional – Área de Concentração: Ambiente e Sustentabilidade. Campus Pato Branco - PR.) Programa de

Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2016.

WANDERLEY Maria De Nazareth. **Baudel raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX encontro anual da ANPOCS. gt 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

WANDERLEY, Maria, N. B. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.